



J. Freitas

## Partilha de *royalties* do petróleo divide opinião de senadores

Representantes de estados produtores criticam regras aprovadas pelos deputados. Proposta ainda será examinada no Senado

### Compra de caminhão pode ficar isenta de IPI

O incentivo beneficia só os caminhoneiros. Senadores governistas apontaram descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal em reunião presidida por Fernando Collor (foto). **7**

### Novo CPC deve diminuir a sobrecarga do Judiciário

Comissão de juristas realizou audiência pública no Rio de Janeiro com magistrados e operadores do direito. Instituto do "incidente de coletivização", que permitirá redução do número de processos, deve ser um dos destaques do novo código. **2**



Waldemir Barreto

No Senado, mudanças na partilha dos *royalties* viram tema de discursos em Plenário. Alteração foi feita anteontem em votação na Câmara (foto abaixo)



Redolfo Sturken/Câmara

**A** emenda do deputado Ibsen Pinheiro ao projeto que prevê novos critérios para distribuição dos *royalties* do petróleo entre os estados levou senadores a discutir a arrecadação dos recursos e a constitucionalidade da medida. Aprovada anteontem na Câmara, a emenda altera os contratos já licitados. **5**

### Negociação de dívida agrícola adia reforço para a Caixa

Depois de duas horas de debate, o Plenário adiou a votação da medida provisória que destina R\$ 6 bilhões aos cofres da Caixa. Senadores do Nordeste querem garantia do governo de que a dívida dos agricultores do Semiárido será renegociada. **3**

### Celebração do aniversário de Brasília gera debate **8**

### Solidariedade aos presos políticos de Cuba

Voto de solidariedade aos presos políticos em greve de fome em Cuba foi aprovado ontem pelos senadores da CRE. No Plenário, as declarações do presidente Lula sobre o assunto receberam críticas do líder do PSDB, Arthur Virgílio. **4 e 6**

## Heráclito Fortes anuncia suspensão de ex-diretores do Senado por 90 dias **2**

### Brasil estuda usar experiência de Atenas para Olimpíadas de 2016

O governo brasileiro deverá propor à Grécia uma troca de informações a respeito da organização de Jogos Olímpicos, sugeriu ontem, na Comissão

de Relações Exteriores, o indicado para o cargo de embaixador em Atenas, Oto Agripino Maia. Ele teve o nome aprovado na CRE por unanimidade. **6**



José Cruz

Senador Inácio Arruda (E), o diplomata Oto Agripino Maia e o senador Eduardo Azeredo, durante a sabatina

Presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Luiz Zveiter, diz que nem mesmo a Carta de 88 foi submetida a discussão prévia tão profunda

# Novo CPC busca reduzir sobrecarga da Justiça

O INSTITUTO DO “incidente de coletivização”, que possibilitará ações de caráter coletivo, diminuindo a sobrecarga do Judiciário, deve ser um dos destaques no novo Código de Processo Civil (CPC), em estudo pela comissão de juristas criada pelo Senado Federal. A opinião é de Paulo Cezar Carneiro, membro da comissão, que participou ontem, no Rio de Janeiro, da terceira audiência pública realizada nos estados para ouvir sugestões do Judiciário e de operadores do direito.

– Isso fará com que exista maior uniformização nas decisões e que se garanta maior celeridade a essas ações – disse o jurista.

Mudanças como essa, continuou ele, são possíveis porque a comissão trabalha com aspectos práticos da legislação processual civil, que se relacionam com o cotidiano da Justiça.

A iniciativa da comissão de juristas foi elogiada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Luiz Zveiter, para quem nem mesmo a Constituição de 1988 foi submetida a uma discussão prévia tão profunda.

Por outro lado, representantes dos oficiais de justiça e leiloeiros



Ministro Luiz Fux, presidente da comissão de juristas que elabora anteprojeto, dirige audiência pública no Rio com a presença de magistrados e operadores do direito

manifestaram preocupação com a crescente digitalização na Justiça e a ampliação dos poderes de magistrados, que, segundo eles, diminuem funções de categorias específicas e afetam o princípio da segurança jurídica.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça, Luiz Fux, que

preside a comissão de juristas no Senado, reconheceu a importância das diversas categorias envolvidas no processo legal, mas disse que a “virtualização” da Justiça é uma realidade inegável. Nesse sentido, sustentou, o processo eletrônico, assunto de lei específica, deve ser en-

tendido como um importante instrumento para a celeridade dos procedimentos judiciais.

## Balanco positivo

Luiz Fux fez um balanço positivo das audiências públicas, ressaltando que a maioria das sugestões dos participantes con-

verge para discussões que estão se desenvolvendo no âmbito do colegiado.

No entanto, algumas reivindicações específicas não poderão ser atendidas porque estão em descompasso com a modernização do Judiciário e da própria sociedade brasileira.



Decisão não pode ser convertida em multa e prevê suspensão de salário, diz senador

## Heráclito confirma suspensão de Agaciel e Zoghbi por 90 dias

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), confirmou ontem a suspensão por 90 dias do ex-diretor-geral da Casa Agaciel da Silva Maia e do ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi. Não conversível em multa e associada à suspensão dos salários, a punição marca o desfecho do processo administrativo que investigou a existência de atos secretos, prática verificada desde 1998 que envolveu a ausência de publicação de centenas de medidas administrativas, como nomeações de servidores comissionados.

No caso de Zoghbi, a medida será anotada em seu prontuário funcional, mesmo ele já tendo sido demitido no ano passado, após responder a processos por abrir empresas fantasmas para intermediar empréstimos consignados a servidores e pelo uso indevido de um apartamento funcional por seu filho. Assim, caso venha a ser readmitido por eventual decisão judicial, Zoghbi continuará sujeito ao cumprimento dessa nova punição.

Heráclito Fortes afirmou que

foi aplicada a Agaciel Maia e a João Carlos Zoghbi a segunda penalidade mais grave entre as que estão previstas para servidores da Casa, logo após a demissão. Segundo ele, em razão de entendimento do Supremo Tribunal Federal, a demissão por improbidade administrativa, aplicável ao caso, só poderia ser adotada depois de condenação judicial.

O senador observou que, se adotada a demissão, os dois servidores poderiam conseguir liminar para suspender o ato. De todo modo, ele adiantou que os autos do processo agora vão para o Ministério Público Federal, para a apuração judicial, o que poderá resultar adiante na demissão e até na cassação dos direitos políticos.

– Esperamos que a Justiça possa adotar as medidas que não podemos tomar – disse.

O presidente José Sarney comentou a decisão de Heráclito.

– Heráclito Fortes decidiu de acordo com o processo, conforme a lei e com o parecer de dez advogados do Senado – frisou.

## TV Senado presta homenagem a Artur da Távola

A reapresentação de dez dos 168 programas *Quem Tem Medo da Música Clássica?*, veiculados pela TV Senado ao longo de oito anos, é a homenagem preparada pela emissora para lembrar a trajetória de seu idealizador, o então senador Artur da Távola, falecido em 2008, e celebrar o Dia Nacional da Música Clássica, comemorado em 5 de março.

Os telespectadores poderão rever alguns dos melhores momentos desse acervo da TV Senado até o dia 8 de maio, sempre às 15h30 de sábado e às 7h de domingo.

Neste final de semana, vai ao ar o bailado romântico *Raymonda*, do compositor russo Alexander Glazunov (1865-1936), interpretado pelas Violonistas de São Petersburgo.

Segundo explica Artur da Távola na abertura do programa, trata-se de uma peça amorosa, uma música leve, sem a dramaticidade peculiar das composições eruditas russas. O apresentador também chamou atenção para a passagem da obra em que os sete violinos tocam em uníssono.

Os outros programas escolhidos para reapresentação são *Obras de Antonio Vivaldi*, no dia 20 de março; *O Pianista Claudio Dauelsberg*, em 27 de março; *Grupo Instrumental Uakti*, no dia 3 de abril; *Música Barroca*, no dia 10 de abril; *Música da Armênia*, em 17 de abril; *Música da Armênia – 2ª parte*, em 24 de abril; *Música Brasileira – Wagner Tiso*, em 1º de maio; e *A Música de Vila Rica (Ouro Preto)*, no dia 8 de maio.

## Senado FM inaugura hoje transmissão em Fortaleza

A Rádio Senado FM inicia hoje suas transmissões em Fortaleza, na frequência de 103,3 MHz. A cerimônia de inauguração contará com a presença do 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI).

A emissão da Rádio Senado para Fortaleza será implantada, inicialmente, em caráter experimental, mas irá reproduzir toda a programação normal da Senado FM.

De segunda a quinta-feira, a emissora transmite, ao vivo, as sessões plenárias do Senado, que começam às 14h. Às sextas-feiras, as sessões se iniciam às 9h.

Nas manhãs das terças, quartas e quintas-feiras, o ouvinte pode acompanhar os debates e as votações realizados pelas comissões temáticas da Casa. Neles, os senadores discutem com convidados os projetos em tramitação que deverão originar as novas leis.

O resumo do trabalho legislativo vira notícia e integra a programação jornalística da Rádio Senado, em boletins transmitidos ao longo de todo o dia. Além dos noticiários, a emissora veicula programas culturais, radiodocumentários e peças institucionais de serviço público.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário Sessão de hoje não é deliberativa

9h A sessão plenária, às 9h, é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos, estão Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Augusto Botelho (PT-RR).



**SESSÃO ONLINE:** a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

Medida provisória que reforça cofres da Caixa com R\$ 6 bilhões esbarra em negociação do governo federal com a bancada nordestina

# Impasse sobre dívida agrícola adia votação de MP

FOI NOVAMENTE ADIADA, desta vez para terça-feira, a votação do projeto (PLC 18/09) que transfere R\$ 6 bilhões dos cofres da União para a Caixa Econômica Federal, recursos a serem usados pelo banco para empréstimos e financiamentos. O mesmo projeto, que deveria ter sido votado na quarta-feira, destina R\$ 1 bilhão ao Banco do Nordeste para "fortalecer a área de atuação da instituição".

O adiamento foi comunicado pelo relator, senador Gim Argello (PTB-DF), após quase duas horas de debate entre o governo e senadores do Nordeste, que exigem a garantia do Ministério da Fazenda de que será incluída, no texto da MP, a negociação da dívida dos agricultores do semiárido.

A Medida Provisória 470/09 recebeu emendas na Câmara dos Deputados e no Senado. Por isso se transformou no Projeto de Lei de Conversão 18/09. No processo, passou a tratar de outros assuntos, como a dívida dos produtores rurais.

– Só vai haver acordo quando o ministro [da Fazenda] Guido Mantega disser o que poderá ser feito na área econômica – afir-



Gim Argello (E), relator do projeto, com Renan Calheiros, Alvaro Dias, Romero Jucá e João Tenório: negociação de duas horas em Plenário não resolveu impasse

mou o senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

Gim Argello revelou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretendia se reunir com a equipe econômica do governo ainda na noite de ontem para tratar do assunto. O relator

explicou que será preciso fazer ajustes para adaptar o limite da dívida dos agricultores beneficiados, que passou de R\$ 10 mil para R\$ 15 mil.

Durante a tramitação do texto, foram incluídas dezenas de emendas, entre elas as que

tratam das novas regras para pagamento do crédito-prêmio do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); da dispensa de licitação para contratação de serviços de tecnologia da informação considerados estratégicos pelo Serviço Federal de

Processamento de Dados (Serpro); da renegociação das dívidas dos produtores de cacau da Bahia; da alteração da legislação sobre o Conselho Federal de Contabilidade; e de mudanças no Programa de Financiamento Estudantil (Fies).



Malta (E), presidente da CPI, e Tuma, vice: comissão aprova convocação coercitiva

## PF trará funcionário do Flamengo para depor na CPI da Pedofilia

O funcionário do Flamengo que está sendo investigado por um suposto assédio sexual a um garoto de 10 anos de idade não atendeu à convocação da CPI da Pedofilia e faltou ao depoimento marcado para ontem. A comissão encaminhará ofício ao diretor da Polícia Federal (PF) para que a superintendência da PF no Rio localize e conduza o acusado até o Senado na próxima quinta-feira, às 9h, para que ele seja ouvido.

O presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES), informou que o advogado do acusado ligou para a assessoria da comissão e pediu a transferência da reunião, das 11h para as 14h, para que ele tivesse tempo de viajar do Rio a Brasília.

– Atendemos ao pedido, mas ninguém nem sequer deu alguma satisfação – disse Malta.

Além de aprovar a convocação coercitiva do acusado, a CPI quebrou o seu sigilo fiscal nos últimos oito anos em virtude de ele ter alegado que não tinha recursos financeiros para custear o deslocamento do Rio para

Brasília. O vice-presidente da CPI, senador Romeu Tuma (PTB-SP) comentou que, ao contrário do que algumas pessoas pensam, a comissão tem poderes e não deve se furtar de utilizá-los quando necessário.

– Na quarta-feira, o advogado mandou um documento dizendo da impossibilidade de seu cliente vir em virtude de somente ter recebido a comunicação às 14h, pela mídia. É mentira, ele foi convocado há muito mais tempo. A CPI manda passagem, paga hospedagem e coloca carro à disposição para ir buscar e depois levar ao aeroporto todos os convidados ou convocados – esclareceu Magno Malta.

Outra decisão tomada, por sugestão de Romeu Tuma, foi a de encaminhar ofício solicitando que a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro determine ao delegado Luiz Henrique Marques, da Delegacia da Criança e do Adolescente Víctima (Dcav) – responsável pelo caso envolvendo o funcionário do Flamengo – que ele compareça à CPI para prestar esclarecimentos.

## Debate realça criação de empregos para jovens

O governo Luiz Inácio Lula da Silva já criou 7,338 milhões de empregos para jovens entre 18 e 29 anos, em um total de 9,173 milhões de vagas, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego. A informação é do secretário nacional de Juventude, Beto Cury, que ontem participou de debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A audiência pública foi solicitada por Paulo Paim (PT-RS) e contou também com a participação do presidente do Conselho Nacional de Juventude, Davi Barros – cujo mandato terminou ontem –, de seu substituto, João Vidal, e do secretário da Juventude do PT do Rio Grande do Sul, Maurício Piccin.

Cada um fez um relato das atividades de suas respectivas



Beto Cury (E), secretário nacional de Juventude, e Paulo Paim na CDH

áreas, enquanto Paim disse que está empenhado na aprovação do Estatuto da Juventude, que tramita na Câmara dos Deputados, e da chamada PEC da Juventude, proposta de emenda à Constituição que muda o capítulo relativo à ordem social e garante mais direitos aos jovens.

Davi Barros disse que há um projeto na Câmara dos Depu-

tados que assegura reparação à União Nacional dos Estudantes (UNE) pelo incêndio no prédio da entidade, durante o regime militar.

– Será a primeira vez em todo o mundo que uma entidade, que envolve uma coletividade, terá uma reparação. Até agora, nas cortes internacionais, só houve reparações individuais – afirmou.

## Lúcia Vânia pede aprovação da PEC da Juventude no Senado

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu ontem a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional da Juventude (PEC 42/08), do deputado Sandes Júnior (PP-GO), porque contribui para a consolidação das políticas públicas destinadas aos jovens do país.

Lúcia Vânia destacou que a matéria, que aguarda votação em dois turnos no Plenário, foi aprovada sem nenhum voto contrário pela Câmara dos Deputados e chegou ao Senado em novembro de 2008, onde

foi aprovada por unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A senadora citou dados do IBGE segundo os quais, em 2006, havia no Brasil 50,5 milhões de brasileiros entre 15 e 19 anos, o que corresponde a 28% da população.

O peso numérico e o fato de suas condições sociais terem impacto no presente e no futuro do país já justificariam, para a parlamentar, a criação de políticas públicas destinadas à juventude.

Lúcia Vânia disse também



Lúcia Vânia: Brasil está perdendo os jovens para o crime e as drogas

que o Brasil está perdendo os seus jovens para o tráfico e a marginalidade. Ela citou o uso generalizado do crack e as dificuldades enfrentadas pela população no combate à droga.

Para líder do PSDB, presidente Lula está destruindo sua boa imagem internacional ao se associar seguidamente a regimes como os de Cuba, Irã, Venezuela e Bolívia

## Virgílio questiona relações do governo com ditaduras

O SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) questionou as relações do governo brasileiro com regimes que considera ditatoriais. Ele disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu uma boa imagem internacional, que coloca por terra “ao se tornar parceiro e protetor de ditaduras”.

Arthur Virgílio subiu à tribuna ontem com a foto de Guillermo Fariñas, dissidente cubano em greve de fome desde o dia 24 de fevereiro. A oposição questionou o presidente por não ter se posicionado sobre a morte de outro dissidente cubano que fazia greve de fome, Orlando Zapata Tamayo, um dia antes de Lula chegar a Cuba em visita oficial, no mês passado. O senador afirmou que Fariñas é um “preso político” que está “pele e osso apenas” e “prestes a morrer”.

Para Arthur Virgílio, o regime cubano, passados 50 anos de sua instalação, é “a mais deslavada



Segundo Virgílio, o Brasil mantém boas relações com a maioria das ditaduras do mundo

ditadura que sobrevive no mundo”. Ele disse que o governo de Cuba é “sórdido” e, como toda ditadura, “sangrento, cruel, frio e corrupto”. Segundo o parlamentar, até para alguém se prostituir na praia de Varadero é preciso conhecer alguém do Partido Comunista cubano.

O líder do PSDB disse que não se encontram fotos do presiden-

te Lula com os líderes dos países parceiros do Brasil no grupo chamado Bric: o primeiro-ministro da Rússia, Vladimir Putin; o primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh; ou o presidente chinês Hu Jintao. Em contrapartida, frisou, o presidente se sente à vontade ao aparecer ao lado do presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad; do presidente da Venezuela, Hugo Chávez; ou do presidente boliviano Evo Morales.

– É difícil encontrar algum [regime autoritário] com o qual o governo brasileiro não tenha boas relações – afirmou o senador.

O discurso recebeu apertados dos senadores João Tenório (PSDB-AL), Cristovam Buarque (PDT-DF), Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Agripino (DEM-RN).

## Paim: Brasil precisa manter política de crescimento

Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que a desoneração de alguns setores da economia e os aumentos salariais, especialmente do salário mínimo, mantiveram o mercado interno aquecido e ajudaram o país a superar a crise financeira internacional. Mas o senador disse temer os reflexos das dificuldades vividas por Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia, e recomendou atenção aos rumos da economia mundial.

– Apenas o mercado de consumo não consegue manter a dinâmica da economia. É preciso investir em infraestrutura,

dar continuidade à política de crescimento e de aumento do salário mínimo, valorizar aposentadorias e pensões, bombar, injetar, fortalecer o PAC 1 e o PAC 2, principalmente produzindo, no Brasil, o maquinário para investimento – disse.

O senador manifestou sua confiança na política econômica do governo e na capacidade de superação do empresariado e dos trabalhadores. O Congresso, segundo ele, deve contribuir para o debate com “bons projetos que podem ajudar a economia”. Citou como exemplo o que instituiu o Fundo de Financia-

mento para Micros, Pequenas e Médias Empresas (PLS 376/08), o que corrige aposentadorias e pensões com o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo (emenda ao PLC 42/07) e o que acaba com o fator previdenciário (PLS 296/03).

Paim disse que o produto interno bruto (PIB) do Brasil, mesmo sem crescimento em 2009, apresenta resultado superior ao da maioria dos países, cujos PIBs despencaram. A projeção para 2010, conforme o senador, é de um crescimento de 6%, contra 2% de previsão para outros países.

## Alvaro afirma que Lula vai ao Paraná “fazer campanha ilegal”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita hoje duas cidades paranaenses para “fazer campanha ilegal” para sua candidata Dilma Rousseff, pois não há qualquer obra importante financiada pela União a ser inaugurada, disse ontem o senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

No município de Araucária, de acordo com o senador, a Petrobras está executando obras de ampliação na Refinaria Getúlio Vargas, em que o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou superfaturamento, o que levou o Congresso Nacional a proibir o repasse de recursos federais, quando aprovou o Orçamento Geral da União de 2010.

– O presidente Lula vetou a proibição. Diz o presidente que obra, mesmo superfaturada, não pode ficar paralisada. Afirma ele ser prejudicial a paralisação de uma obra. Se há prejuízo na paralisação de uma obra superfaturada, imaginem o prejuízo que há na sua execução – afirmou.

Alvaro Dias afirmou que existem muitas obras superfaturadas, especialmente da



Senador acredita que Lula fará propaganda para Dilma Rousseff

Petrobras. Ele destacou o caso da Refinaria Abreu e Lima (PE), onde a CPI da Petrobras estimou que o superfaturamento das obras de implantação pode ter chegado a US\$ 2 bilhões, um recorde histórico de acordo com o senador. A Refinaria Getúlio Vargas continua recebendo recursos federais, acrescentou.

– Lá estará o presidente, festejando o superfaturamento na consagração da imoralidade administrativa. Um péssimo exemplo. O destaque da visita do presidente da República fica para o superfaturamento da obra e para a conivência com a corrupção – lamentou.

## Renan cobra solução para dívida dos agricultores nordestinos

Renan Calheiros (PMDB-AL) solicitou da tribuna ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, o compromisso público de solucionar urgentemente o problema do endividamento dos agricultores brasileiros, especialmente da região Nordeste. O senador condicionou a aprovação da Medida Provisória 470/09 a um empenho da área econômica com a solução dessa questão.

Reconhecendo a boa vontade do presidente Lula para resolver o problema, Renan criticou a área econômica, acusando os técnicos do Ministério da Fazenda de “falta de sensibilidade” para com os pequenos agricultores nordestinos.

Mesmo tendo o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), garantido que a questão seria resolvida por determinação de Lula, Renan manteve sua determinação de apenas votar a MP 470/09 após um pronunciamento do ministro da Fazenda no sentido de solucionar a questão das dívidas dos agricultores do Nordeste.

Com o objetivo de dar tempo ao Ministério da Fazenda para que se pronunciasse sobre o assunto, a ordem do dia foi suspensa por 30 minutos pelo presidente do Senado, José Sarney. Em apertados, José Agripino (DEM-RN) e Efraim Morais (DEM-PB) apoiaram Renan.

## Jayme Campos critica uso eleitoral de obra em MT

Jayme Campos (DEM-MT) classificou de “estelionato” e de “fraude” o lançamento, pelo governo federal, da obra da Ferrovia Centro-Oeste, que prosseguirá até o estado de Rondônia.

Segundo ele, o projeto, que representaria a “redenção para os produtores mato-grossenses”, está sendo utilizado como palanque eleitoral para a ministra Dilma Rousseff.

– Gostaria, como todo mato-grossense, que essa ferrovia fosse realidade. Mas essa farsa não pode continuar. Que se faça a obra, mas não neste momento – frisou.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o presidente Lula e a ministra da Casa Civil têm feito campanha eleitoral com base na inauguração de obras já inauguradas por governos anteriores ou governos estaduais, além de partes de obras superfaturadas e até mesmo obras de empresas privadas.

Jayme Campos ainda apresentou requerimento de pesar pela morte do engenheiro mato-grossense Domingos Iglesias Valério, fundador, nos anos 1970, da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Cuiabá.



Jayme Campos

## Serys defende pressa em ferrovia para Mato Grosso

Serys Shlessarenko (PT-MT) pediu à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) que acelere os estudos com vistas a assegurar a ligação ferroviária de Rondonópolis (MT) com Cuiabá. A senadora disse que, no início deste mês, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, avaliou positivamente a possibilidade de inclusão dessa obra na segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

A chegada da ferrovia a Cuiabá, de acordo com Serys, significará uma redenção não somente para a capital, mas para todos os municípios que compõem a região metropolitana, há muito tempo com suas economias em dificuldades.

Outra ligação ferroviária importante, diz a senadora, é a Ferrovia de Integração Centro-Oeste, que ligará a Norte-Sul a Rondônia, via Lucas do Rio Verde (MT). A construção de 1.602 quilômetros de ferrovia entre Uruaçu (GO) e Vilhena (RO) é uma das metas do governo do presidente Lula. O projeto está sendo elaborado.



Serys Shlessarenko

## César Borges celebra conclusão em breve de gasoduto até a Bahia

O senador César Borges (PR-BA) comemorou ontem a construção, em fase final, do gasoduto Gasene, que vai da região Sudeste até a Bahia, levando gás natural proveniente da Bolívia. A obra, que assegurará o abastecimento de gás natural à região, poderá ser inaugurada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda este mês.

Coordenada pela Petrobras, disse César Borges, a obra teve orçamento de mais de R\$ 2 bilhões e significa a realização de uma antiga demanda da região. O senador ressaltou que, além do gás boliviano, a obra também levará ao Nordeste o combustível produzido nos grandes campos recém-descobertos em regiões de Santos, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Outra obra que deve ser inaugurada em breve pelo presidente Lula, informou César Borges,

é uma nova ponte sobre o rio São Francisco, resultado de parceria entre o governo federal e o governo da Bahia. A ponte ligará as cidades de Malhada e Carinhanha.

Em aparte, o senador João Tenório (PSDB-AL) disse compartilhar com Borges a satisfação pela conclusão de obra tão importante para os nordestinos.



César Borges espera que Lula inaugure a obra ainda em março

Mudanças aprovadas na Câmara levam a protestos de senadores do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, estados que podem ter arrecadação reduzida

Pagamento de *royalties* referentes à exploração de petróleo pode ter um novo modelo de partilha entre estados, modificando contratos já licitados. Proposta ainda será examinada no Senado.

## Novas regras para *royalties* causam polêmica

A ALTERAÇÃO DAS regras, pela Câmara dos Deputados, de pagamento de *royalties* referentes à exploração de petróleo teve ontem grande repercussão no Senado. Os senadores, que ainda devem analisar o assunto, ouviram os argumentos de Francisco Dornelles (PP-RJ), Gerson Camata (PMDB-ES), Renato Casagrande (PSB-ES) e Magno Malta (PR-ES), que defenderam os principais estados produtores

de petróleo, prejudicados pelas regras aprovadas pelos deputados. Já Inácio Arruda (PCdoB-CE) manifestou-se favorável à mudança no rateio dos *royalties*.

Dornelles alertou que mudar as regras relacionadas aos contratos já licitados, como querem os deputados, significará levar o Rio de Janeiro à falência. A arrecadação do estado, principal produtor, cairá dos atuais R\$ 5 bilhões para apenas R\$ 100 mi-

lhões – menos do que seria pago a outros 25 estados, conforme os novos critérios de rateio.

Camata apontou para a inconstitucionalidade da regra aprovada pela Câmara na forma de emenda do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que vincula o rateio à parte de cada ente federativo nos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). A Constituição federal, observou, garante

*royalties* aos estados produtores de petróleo, gás natural e outros recursos minerais, mesmo se explorados na plataforma continental ou mar territorial. Casagrande disse concordar com novos critérios, mas somente para os contratos futuros. Magno Malta classificou a emenda de Ibsen de oportunista, irresponsável e eleitoreira.

Inácio Arruda frisou que o petróleo é um bem da União,

considerando “correto que os estados não produtores tenham direito a uma parte desta riqueza”.

O presidente José Sarney, que esteve reunido com o presidente Lula na tarde de ontem, também comentou o assunto:

– Uma riqueza dessa natureza tem que ser compartilhada com o país todo, evidentemente dando privilégio aos estados produtores – disse Sarney.

## Projeto de lei que fortalece a Petrobras já foi lido em Plenário

Foi lido em Plenário na noite de ontem o PLC 8/10, que autoriza a União a ceder à Petrobras o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos. Na prática, o projeto (PL 5.941/09 na Câmara) visa fortalecer financeiramente a Petrobras para que ela possa investir na exploração da camada pré-sal.

Pela proposta, a União fica autorizada a ceder à Petrobras, sem licitação, o direito de ex-

plorar até 5 bilhões de barris de petróleo e gás natural de áreas ainda não concedidas do pré-sal. Assim, a União evitará que essas áreas, altamente promissoras, fiquem nas mãos de empresas privadas, se licitadas.

Pelo projeto, a União poderá também elevar sua participação no capital da Petrobras, hoje em 32,2%.

Dos quatro projetos sobre o pré-sal enviados pelo governo ao Congresso, três já se encontram no Senado.

## Jucá diz que Senado poderá “ajustar” projeto

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou ontem que o Senado poderá ajustar o texto do PL 5.938/09, que redistribui os *royalties* do pré-sal e foi alterado na Câmara, para aumentar imediatamente a participação de estados não produtores.

– Faremos um esforço para não ficar como veio da Câmara. Como está, está havendo uma divisão entre os estados da Federação – afirmou Jucá, depois de encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Para Jucá, o Senado pode me-



Jucá (entre Sarney e Renan) acredita que Senado conseguirá harmonizar os estados

lhorar a proposta em nome da harmonia entre os estados.

– O Senado é a Casa da Fede-

ração. Temos que construir uma alternativa em que todos saiam ganhando – disse.

## Inácio Arruda considera justo dividir recursos



Inácio Arruda

O petróleo é um bem da União e é correto que os estados não produtores também tenham direito a uma parte desta riqueza, defendeu ontem Inácio Arruda (PCdoB-CE).

– São mudanças significativas e precisamos de tranquilidade e firmeza no Senado para tratar deste assunto – disse.

O senador se manifestou sobre a divisão dos *royalties* logo após Gerson Camata (PMDB-ES) e Magno Malta (PR-ES) terem criticado os deputados pela aprovação de emenda que reduz a participação dos estados produtores de petróleo.

## Dornelles propõe divisão para contratos futuros



Francisco Dornelles

Francisco Dornelles (PP-RJ) cobrou uma solução de consenso, que beneficie os demais estados sem prejudicar os estados produtores. Ele sugeriu que os estados não produtores sejam beneficiados nos contratos futuros. Se a regra aprovada

na Câmara virar lei, o Rio de Janeiro, principal estado produtor, irá à falência, pois perderá a receita proveniente de áreas já licitadas e em exploração, alertou.

– O Rio de Janeiro não pode ver sua arrecadação, que hoje atinge R\$ 4,9 bilhões, passar para R\$ 100 milhões – disse.

## Camata: Constituição prevê a compensação



Gerson Camata

Gerson Camata (PMDB-ES) protestou contra a alteração feita pela Câmara e afirmou que o projeto contraria a Constituição, que assegura “participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural” ou “compensação financeira por essa exploração”.

O senador argumenta que os *royalties* pagos são uma compensação por danos causados na exploração de minerais, como o petróleo. Disse que, além dos danos ambientais, o estado e os municípios das áreas exploradoras têm que arcar com obras de infraestrutura.

## Ganhos devem beneficiar todos os entes federados, afirma Sarney

Para o presidente José Sarney, os rendimentos obtidos com o petróleo extraído da camada de pré-sal devem ser utilizados por todos os entes federados do Brasil. Sarney e o presidente Lula encontraram-se ontem para tratar dos projetos que definem o marco regulatório sobre a exploração, em análise no Congresso.

O senador frisou não conhecer ainda os detalhes das três propostas aprovadas na última quarta-feira pela Câmara dos Deputados, mas disse acreditar que todos os projetos que chegam à Casa sempre podem “ser melhorados”. Dos projetos, apenas o PLC 309/09, que

autoriza o Poder Executivo a criar a Empresa Brasileira de Administração do Petróleo e Gás Natural S.A. (Petro-Sal), já tramita no Senado.

Segundo Sarney, Lula o chamou para explicar as motivações que o levaram a pedir urgência para os projetos do pré-sal, pois as propostas são do “maior interesse nacional”. O presidente do Senado mencionou a Lula a necessidade de “buscar o consenso com a oposição” para garantir a aprovação dentro dos prazos, já que a maioria no Senado é reduzida. Com a urgência constitucional, os senadores terão 45 dias corridos para discutir e votar os projetos.

## Casagrande quer diálogo para impedir veto de Lula



Renato Casagrande

Renato Casagrande (PSB-ES) também criticou a emenda aprovada pelos deputados. Ele admite a participação de todos os estados na divisão, mas reivindica um tratamento diferenciado para os estados produtores, como o Rio de Janeiro e o Espírito Santo.

– Queremos o diálogo. O presidente terá muitas possibilidades de vetar essa emenda. E, se houver o veto, retorna o tratamento que é dado hoje, onde poucos recursos vão para os estados não produtores – alertou o senador capixaba.

## Para Magno Malta, emenda é “oportunista e irresponsável”

A decisão da Câmara dos Deputados foi criticada ontem pelo senador Magno Malta (PR-ES). Ele pediu bom senso aos senadores na análise da matéria e saiu em defesa do seu estado que, como produtor, seria um dos maiores prejudicados com a mudança nas regras para a distribuição de dividendos pela exploração do petróleo.

– Essa emenda Ibsen Pinheiro

é oportunista, irresponsável, eleitoreira, para fazer graça para o povo dos estados – protestou o senador.

Ele enfatizou que o Espírito Santo, pelos novos critérios, receberia menos do que 20 outros estados da Federação, apesar de ser um estado produtor e já sofrer com o passivo ambiental provocado pela exploração de petróleo em seu mar territorial.

Futuro embaixador na Grécia teve seu nome aprovado ontem pela CRE. Oto Agripino Maia diz que troca de informações pode ser muito útil para organizar os Jogos de 2016 e pretende envolver empresas no intercâmbio

## Brasil estuda intercâmbio com Atenas para organizar Rio 2016

O BRASIL DEVERÁ propor à Grécia, que sediou os Jogos Olímpicos de 2004, um intercâmbio de informações sobre a organização do evento, como forma de ajudar a preparar as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro. Essa será uma das prioridades do futuro embaixador em Atenas, Oto Agripino Maia, cuja indicação para o cargo recebeu ontem o apoio unânime da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

– O Rio tem muito a aprender com a experiência de Atenas – disse Maia, ao apresentar seu plano de trabalho aos senadores.

O embaixador, cuja indicação ainda terá de ser submetida ao Plenário, afirmou que pretende aumentar e diversificar as exportações de produtos brasileiros para a Grécia, dominadas atualmente por produtos básicos como café e óleo de soja.

Ele também quer contar com a ajuda de *trading companies*

[empresas especializadas no comércio internacional] gregas para vender produtos brasileiros para outros mercados. Além disso, anunciou a intenção de estabelecer um conselho empresarial bilateral em Atenas.

Em 2008, as exportações brasileiras para a Grécia somaram US\$ 332 milhões, enquanto as importações se limitaram a US\$ 66,8 milhões. A corrente de comércio, que representa a soma de exportações e importações, teve uma redução de 3% em relação a 2007.

Em sua exposição aos senadores, Maia informou que o déficit público na Grécia terá de ser reduzido dos 12,7% do produto interno bruto (PIB) registrados em 2009 para 8,7% em 2010, por determinação da União Europeia. E ainda terá de cair para 3% até 2012.

Além disso, lembrou o embaixador, a dívida pública da Grécia alcança hoje 130% do PIB e já existe o temor de que ela indi-



Oto Agripino Maia (E), com o presidente da CRE, senador Eduardo Azeredo



que a existência de uma “crise sistêmica” em toda a zona do euro (como também é chamada a Comunidade Europeia). Os próximos países que poderiam enfrentar dificuldades, mencionou, seriam Portugal, Irlanda, Itália e Espanha.

A indicação do futuro embaixador na Grécia contou com o voto favorável do relator, Heráclito Fortes (DEM-PI), e recebeu o apoio, durante a reunião, dos

senadores Marco Maciel (DEM-PE), Augusto Botelho (PT-RR), Romeu Tuma (PTB-SP), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Eduardo Suplicy (PT-SP), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Marcelo Crivella (PRB-RJ). Todos elogiaram a atuação de Maia à frente da Subsecretaria-Geral do Ministério das Relações Exteriores para as Comunidades Brasileiras no Exterior.

## Comissão adia votação sobre novo embaixador na Venezuela

A votação da mensagem presidencial de indicação do diplomata José Antonio Marcondes de Carvalho para o cargo de embaixador brasileiro na Venezuela foi adiada pela CRE para a próxima semana. O presidente da comissão, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), concedeu vista coletiva do parecer favorável do relator, Renato Casagrande (PSB-ES). Azeredo lembrou que a indicação do novo embaixador norte-americano no Brasil, Thomas Shannon, ficou seis meses à espera de votação no Senado americano.

O pedido de vista foi solicitado inicialmente por Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Ele

elogiou o diplomata, mas disse que tem uma “posição firme e crítica” em relação ao governo do presidente venezuelano Hugo Chávez.

– De lá para cá sempre temos observado posições hostis, enquanto aqui para lá as posições são submissas – afirmou o senador.



José Antonio Marcondes de Carvalho (com Pedro Simon): depois da sabatina, pedido coletivo de vista

## Presos políticos de Cuba terão voto de solidariedade

A Comissão de Relações Exteriores aprovou requerimento de voto de solidariedade aos presos políticos de Cuba, apresentado por Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro e Arthur Virgílio. Segundo Azeredo, o voto de solidariedade se deve a declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teria comparado a situação dos presos políticos em greve de fome em Cuba à de presos comuns em São Paulo.

Também foi aprovado pela CRE requerimento de Flexa Ribeiro solicitando ao governo informações a respeito dos custos da instalação de uma embaixada em Dominica, no Caribe. Outro requerimento aprovado propõe a realização de audiência pública conjunta sobre o Plano Nacional de



Flexa Ribeiro foi um dos senadores que apresentaram o requerimento

Direitos Humanos, com a presença do ministro da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi. Ainda não foi definida a data da audiência. Eduardo Suplicy informou que Vannuchi deveria comparecer ao Senado no dia 8 de abril, mas o ministro pediu que a audiência seja realizada no dia 13 ou 30 do próximo mês.

## Acordo entre Mercosul e Egito passa na CRE

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 953/09, que trata do Acordo-Quadro entre o Mercosul e o Egito, firmado em 2004, na Argentina. O acordo visa promover a expansão do comércio entre as duas partes e estabelecer as condições para a negociação de uma área de livre comércio.

Segundo observação do senador Romeu Tuma (PTB-SP) em seu relatório, a “eventual consolidação de uma zona de livre comércio entre o Mercosul e o Egito poderá colaborar para a dinamização das relações entre a América do Sul e o Oriente Médio, o que interessa com ênfase para o Brasil, sempre desejoso de ampliar e aprofundar suas relações com os países árabes”.

A comissão aprovou ainda pareceres favoráveis aos PDSs 869/09, 872/09 e 928/09.

## Tuma recomenda adoção de política antidiscriminatória

Romeu Tuma (PTB-SP) apresentou proposta de recomendação ao Parlamento do Mercosul no sentido de que sejam adotadas políticas de redução das desigualdades de gênero.

Entre as medidas, estão o estabelecimento de indicadores de geração de emprego específicos para mulheres; a implementação de políticas de combate à discriminação; a garantia da ampliação das licenças maternidade e paternidade; e a ampliação do número de vagas em creches públicas.

De acordo com o senador, “a cultura patriarcal predominante nos países do Mercosul produz substancial desigualdade de tratamento entre homens e mulheres”. As mulheres, disse, representam 70% dos excluídos da previdência e são maioria entre os desempregados no bloco, o que acaba contribuindo para práticas de assédio moral e sexual.

Tuma defendeu ainda a adoção de cotas para mulheres nas eleições para o Parlasul.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • Paulo Paim • Mão Santa

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suelly Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves

Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.

CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Praia explica que rodovia permitirá frete mais barato

## TCU aprova obra na BR-319, diz Jefferson Praia

O senador Jefferson Praia (PDT-AM) informou que análise do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou a viabilidade da obra de pavimentação e recuperação da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho. O relatório do TCU foi feito a pedido da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado.

– Diante dos recursos atualmente existentes, o que já leva em conta a [construção de uma] hidrovía, a BR-319 abre uma possibilidade de transporte mais eficiente que a disponibilidade atual para uma grande variedade de cargas, sem impedir a utilização dos modais atualmente existentes, relatou o senador.

Jefferson Praia explicou também que o uso da BR-319 reduz o tempo de trajeto das mercadorias do Sudeste até Manaus, diante de todas as demais alternativas de transporte, à exceção do aéreo. A BR-319 oferece ainda uma redução de 20% nos custos em relação às hidrovias.

O relatório do TCU faz críticas ao Ibama por impor condicionantes de política ambiental e fundiária que não dependem do órgão empreendedor da obra.

Segundo o senador, o tribunal apoia a decisão da política pública que leva em conta, em primeiro lugar, o interesse público e os benefícios sociais com a pavimentação da BR-319 – que se sobrepõem aos custos da obra e que viabilizam, inclusive, a própria fiscalização ambiental.

Comissão de Infraestrutura aprova projeto que concede isenção na atual alíquota de 5%, mas senadores governistas advertem que projeto fere a Lei de Responsabilidade Fiscal

# Autônomo pode ter isenção do IPI para comprar caminhão

COM VOTOS CONTRÁRIOS de senadores governistas, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem projeto que isenta do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos de carga, quando comprados por caminhoneiros. A matéria será enviada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa.

O projeto (PLS 380/09), da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), recebeu voto favorável do relator, Jayme Campos (DEM-MT). Para ele, os caminhoneiros devem contar com o mesmo benefício que já têm os taxistas.

Também favorável ao projeto, o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) lembrou que, quando foi diretor da Receita Federal, no governo João Figueiredo, recebeu determinação da Presidência de isentar taxistas da cobrança de IPI na compra de seus carros. Dornelles deu parecer contrário à medida, mas Figueiredo o chamou e disse que não tinha pedido um parecer, mas dado uma ordem.

Dornelles contou que a isenção

do IPI foi oferecida aos taxistas e o conjunto da arrecadação da União, ao invés de cair, aumentou.

Segundo explicou, esses profissionais, até a isenção, não renovavam a frota por falta de recursos. Com o benefício, passaram a adquirir veículos novos, sem recolher IPI, mas gerando ampliação na arrecadação de outros tributos e de contribuições, como Imposto de Renda e Previdência.

– As grandes empresas utilizam atualmente quase que uma terceirização, ao contratar caminhoneiros autônomos. E esses profissionais, que enfrentam dificuldades de renovar sua frota, trabalham muitas vezes em condições desumanas. A troca de caminhões antigos por novos vai aumentar a segurança nas estradas, contribuir para a proteção ambiental e também para a conservação das rodovias – avaliou Dornelles.

## Contrários

Os senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Eduardo Suplicy (PT-

SP), únicos a votar pela rejeição do projeto, apresentaram as razões do governo. Delcídio leu os argumentos da Receita Federal, segundo a qual os caminhões já têm alíquota reduzida de 5%.

Outro motivo alegado foi o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que condiciona a aprovação de qualquer lei de incentivo fiscal à criação de medidas de compensação pelas perdas de arrecadação.

Citando as razões do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Eduardo Suplicy disse que a redução do IPI não é suficiente para resolver os problemas que os caminhoneiros enfrentam ao tentar adquirir um veículo novo.

Solução melhor, alega o senador governista, seria o programa Procaminhoneiro, lançado pelo governo federal no ano passado, apresentando vantagens que incluem, por exemplo, a ampliação do prazo de financiamento – que passou de 84 para 96 meses – e a redução da taxa de juros para 4,5% ao ano.



Azeredo: Minas Gerais e Espírito Santo sofrem com "hesitação" do governo

## Senador cobra do governo duplicação da BR-262

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) protestou contra o que chamou de "indecisão do governo federal" sobre a duplicação da BR-262, que liga Vitória a Belo Horizonte, segundo ele conhecida como "rodovia da morte".

De acordo com o senador, o governo anunciou que a rodovia seria incluída no programa de concessões, para que os futuros administradores fizessem as obras. Agora, "diz que mudou tudo", que a rodovia não será mais objeto de concessão e a duplicação ficaria a cargo do governo, "mas coisa para o futuro".

Azeredo disse que os parlamentares de Minas Gerais e do Espírito Santo vêm lutando pela obra há anos, "mas o governo federal está titubeando, pois uma hora diz que é uma coisa e em outra diz que é diferente". Neste ano, por exemplo, o governo não colocou a obra no Orçamento da União, afirmou.

– Não interessa se a duplicação será feita pela iniciativa privada ou pelo governo federal. Há horas em que o governo federal não faz e nem deixa fazer. O presidente Lula, que tem vários ministros mineiros, não podia deixar que acontecesse isso com Minas Gerais. Onde está a ministra Dilma [Rousseff, da Casa Civil], que agora diz que é mineira? Onde estão realmente os interesses em Minas da parte do governo federal? Não vejo – questionou.

Azeredo disse ainda que "esse descaso" é dirigido também ao metrô de Belo Horizonte, onde "não há um metro feito" pelo governo Lula.

O senador recebeu a solidariedade de Renato Casagrande (PSB-ES), da base do governo. Casagrande informou que tem tentado incluir cerca de 55 quilômetros da duplicação no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir da região metropolitana de Vitória, mas não obteve sucesso até agora. A BR-262, segundo ele, é a mais importante ligação do Espírito Santo com o oeste do país e seu tráfego se tornou tão intenso nos últimos anos que justifica o apelido de "rodovia da morte".



Delcídio (D, com Jayme Campos e Acir Gurgacz) leu argumentos da Receita Federal contrários à isenção de IPI para autônomos

## Proposta obriga ônibus a divulgar direito a seguro

Vai a Plenário projeto (PLC 68/04) que obriga as empresas prestadoras de serviço público de transporte coletivo a divulgar o direito de os passageiros receberem indenização em caso de acidentes de trânsito. Parecer favorável ao projeto, do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), foi aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura. A matéria já passou também pela Comissão de Constituição e Justiça.

A proposta obriga empresas de transporte público coletivo rodoviário intermunicipal, interestadual e internacional a informar os passageiros sobre o direito deles a indenizações em caso de acidentes de trânsito, decorrentes do seguro DPVAT e do Seguro de Responsabilidade Civil do transporte interestadual e internacional.

As informações deverão ser de fácil leitura e dispostas em cartazes afixados em local visível

nos pontos de venda e também em nota no verso dos bilhetes de passagem. O projeto estabelece ainda que o texto de divulgação deve esclarecer os passageiros sobre os diferentes valores de indenização a serem pagos aos beneficiários do DPVAT, em função da natureza dos danos causados. E, quando for o caso, sobre o valor do Seguro de Responsabilidade Civil contratado pelas empresas de transporte interestadual e internacional.

## CI rejeita projeto que dá poderes ao Conselho de Defesa Nacional

Os senadores da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovaram parecer do senador Paulo Duque (PMDB-RJ) pela rejeição do projeto (PLS 421/09) do ex-senador Expedito Júnior que proponha alteração no Conselho de Defesa Nacional (CDN). A proposta visava incluir, entre as competências do CDN,

o poder de propor ou vetar obra de infraestrutura por razões de risco à segurança nacional.

O projeto seguirá para a Comissão de Relações Exteriores, que decidirá terminativamente. O argumento utilizado pelo relator foi o de que ele incorre no equívoco de pressupor que a observância das normas ambientais

inviabilizaria a implementação de obras necessárias à segurança nacional e, por esse motivo, deveria ser dispensada.

– Ocorre que as grandes obras de infraestrutura nas áreas de transportes (rodovias, ferrovias, portos e aeroportos), energia (petróleo, gás e usinas hidrelétricas) e comunicações

sempre têm impacto sobre a segurança nacional. Se o projeto fosse aprovado, haveria forte tendência a classificar todas as grandes obras como atividades de interesse para a segurança nacional e, por isso, não sujeito às normas ambientais em vigor, o que, evidentemente, seria absurdo – analisa Paulo Duque.



Proposta foi colocada em votação pelo presidente da CI, Fernando Collor

## Renan: oito agências do INSS para Alagoas



Renan Calheiros

Renan Calheiros (PMDB-AL) ressaltou que mais oito municípios de Alagoas vão ganhar na próxima semana agências do INSS, elevando o total no estado para 45. Ele lembrou que, no início do governo Lula, havia apenas 11 agências para todo o estado. As novas agências se localizarão nos municípios de Pão de Açúcar, Santana do Ipanema, Maribondo, Viçosa, São Sebastião, Girau do Ponciano, Campo Alegre e Murici.

De acordo com Renan, os recursos das aposentadorias e dos benefícios do INSS representam 10% da renda do estado, cujos 415 mil aposentados e pensionistas recebem R\$ 245 milhões por mês.

## Landell de Moura pode ser Herói da Pátria



Sérgio Zambiasi

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) propôs que o padre Roberto Landell de Moura tenha seu nome inscrito no livro dos Heróis da Pátria, por ser um dos pioneiros na descoberta dos processos que levaram à invenção do rádio e precursor da radiotelegrafia. Para isso, apresentou proposta (PLS 51/10), em exame na Comissão de Educação (CE), e quer que a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) comemore seu sesquicentenário, em 21 de janeiro de 2011. Landell antecedeu em dois anos o feito do físico italiano Guglielmo Marconi, ao transmitir mensagem a uma distância de oito quilômetros entre transmissor e receptor, em São Paulo, em 1893.

# Senadores divergem sobre comemoração em Brasília

Referindo-se a proposta para a Casa celebrar os 50 anos da cidade, Paulo Duque afirma que o ato não é oportuno, enquanto Cristovam aponta momento para reflexão

PAULO DUQUE (PMDB-RJ) disse ontem que não vê razão para que seja celebrado o 50º aniversário de Brasília, conforme requerimento de Cristovam Buarque (PDT-DF), que solicita a realização de uma sessão especial do Senado em 22 de abril. Duque, contestado por Cristovam, argumentou que “não haverá alegria nessa celebração”, pois o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, está preso.

Paulo Duque adiantou que comparecerá à sessão de homenagem para prestigiar o requerimento de Cristovam. Disse que não é oportuna uma celebração a que o dirigente da cidade estará impedido de comparecer.

Cristovam pediu, em aparte, que Duque não repetisse o equívoco de confundir a cidade com o seu governador. Ele assinalou



Duque: “Não vejo alegria nessa comemoração, vejo sofrimento”

que uma pessoa doente não deixa de comemorar seu aniversário e que Brasília “está apenas doente”. Observou que a homenagem do Senado aos 50 anos da capital deve servir também para uma reflexão sobre os fatos que levaram o governador à prisão.

Cristovam disse que a cidade merece que seu aniversário seja celebrado, salientando que não estarão sendo comemorados o governador ou o governo. Ele acrescentou que, na história da cidade, o escândalo que abalou o governo do Distrito Federal vai se tornar insignificante ou, então, o fato servirá como exemplo, uma vez que em Brasília os atos cometidos estão tendo consequências para seus responsáveis, enquanto em outros casos isso não ocorre.

### Maria Bonita

Paulo Duque encerrou seu pronunciamento homenageando as mulheres através daquela que, segundo ele, estava muito à frente do seu tempo por ter abandonado tudo para se tornar a cangaceira Maria Bonita, companheira de Lampião e Rainha do Cangaço.

## Cristovam: moradores não têm motivo para se envergonhar

A construção de Brasília foi uma das grandes epopeias do povo brasileiro, disse o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), ao afirmar que os brasilienses não devem se envergonhar de comemorar os 50 anos da capital do país, no dia 21 de abril, mesmo com o governador preso.

Acusado pelo Ministério Público e pela Polícia Federal de envolvimento com um esquema de distribuição de propina, José Roberto Arruda teve a prisão preventiva decretada por obstrução dos trabalhos da Justiça.

Cristovam reconheceu que as “comemorações não se darão com alegria plena”, devido ao recente escândalo, mas que os candangos de todas as partes do país que ajudaram a construir a

nova capital merecem ser lembrados e homenageados, assim como a grande maioria dos 2 milhões de habitantes do DF, que levam uma vida honesta.

– Foram os brasileiros corajosos e trabalhadores que vieram para cá. Foram eles que fizeram isso aqui. A gente não pode esquecer essa história por causa dos erros de alguns que aqui vivem. E o resto do Brasil? Não comete esses erros? Não houve em nenhuma outra cidade ou estados governos corruptos? Governadores que se comportaram de uma maneira que não deveriam? Não houve? – questionou.

Cristovam disse que a população de Brasília possui histórico de luta contra a corrupção e contra injustiças, como as manifesta-



Para Cristovam, brasileiros corajosos ajudaram a construir a capital

ções das Diretas Já, os chamados “caras-pintadas” e até mesmo manifestações contra o atual governador afastado.

– Esse povo não pode ser colocado na cesta de lixo como se o povo todo tivesse cometido atos ilícitos, imorais. O povo de Brasília merece respeito, e merece respeito, inclusive, a vergonha que, muitas vezes, nós hoje temos – disse.

## Geovani registra Dia do Consumidor

O Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, comemorado em 15 de março, foi destacado por Geovani Borges (PMDB-AP) para apontar que a legislação brasileira permitiu alcançar um equilíbrio de forças e garantir maior proteção às relações de consumo.

– O Código de Defesa do Consumidor apresentou-se como legislação avançada para sua época e é um instituto que tem a atenção da maioria da população, sendo uma das poucas leis que se incorporaram à vida do brasileiro de forma gradativa e impactante.

## Maciel ressalta o papel da educação

“Não nascemos esperançosos. Por isso, precisamos de uma educação para a esperança”, disse ontem Marco Maciel (DEM-PE), citando palavras do pedagogo Paulo Freire (1921-1997). Para o senador, a frase reflete o papel central que a educação tem para o desenvolvimento econômico e social das nações.

– No ambiente da competição tecnológica globalizada em que opera hoje o mundo econômico, o conhecimento é o mais importante dos fatores de produção – acrescentou Marco Maciel.

## Audiência discute adoção de haitianos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH) realizará audiência pública no dia 6 de abril com o cônsul do Haiti em Brasília para tratar dos procedimentos que devem ser adotados pelos brasileiros que se inscreveram para adotar órfãos haitianos. A informação foi dada ontem pelo senador Magno Malta (PR-ES).

Malta também falou da aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do seu projeto que proíbe o uso de cigarro ou qualquer produto fumígeno em ambientes fechados.

O senador anunciou ainda que sugerirá uma sessão solene para homenagear lutadores brasileiros e proporá o ensino de artes marciais nas escolas brasileiras.



## Transferência para a folha da União

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que o governo federal se comprometeu a terminar em 20 dias o projeto que regulamenta a transferência de 23 mil servidores de Rondônia para a folha salarial da União. O Congresso já aprovou emenda constitucional com essa finalidade, mas a concretização da transferência depende de regulamentação, que deve ser votada pelo Congresso.

Raupp (foto) recebeu a informação em reunião, na quarta-feira, no Ministério do Planejamento.

## PSC faz o primeiro encontro nacional

Mão Santa (PSC-PI) registrou a realização do 1º Encontro Nacional de Prefeitos e Vice-Prefeitos do Partido Social Cristão (PSC), nos últimos dias 9 e 10, em Brasília. Além do senador, também participaram deputados federais, presidentes dos diretórios regionais e todos os membros da executiva nacional.

O senador disse que o PSC tem origem nos ideais do ex-vice-presidente da República Pedro Aleixo, impedido pelos

ministros militares de assumir o cargo em decorrência do afastamento do então presidente Costa e Silva, em 1969. Mão Santa relembrou a trajetória política de Aleixo e sua oposição ao Ato Institucional nº 5, que serviu de base à repressão política durante a ditadura militar.

Mão Santa afirmou que o PSC é um dos partidos que mais cresceram, com a instalação de diretórios em várias cidades brasileiras.

## Mão Santa pede conclusão de obras no Piauí



Mão Santa

O senador Mão Santa voltou a afirmar que o Piauí conta hoje com diversas obras inacabadas, como o porto de Luís Correia, a estrada de ferro de Parnaíba, o aeroporto internacional, o tabuleiro litorâneo e a ponte de Luzilândia, entre outras.

Mão Santa disse que está havendo um “retrocesso no estado” e pediu ao presidente Lula que não dê ouvidos aos “aloprados” do Piauí. O senador também apelou ao presidente para que providencie a conclusão das obras até as eleições de outubro.

– Vamos esquecer essa soberba. Esqueça esses aloprados, esqueça essas companhias – afirmou.